



JOSIANE MACEDO DOMINGUES GOMES

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INCLUSÃO NA
SALA DE AULA**

RIBEIRÃO PRETO – SP
2025

JOSIANE MACEDO DOMINGUES GOMES

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INCLUSÃO NA
SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado(a) à Faculdade Metropolitana do
Estado de São Paulo como exigência parcial
para obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia

Orientador: Profa. Me Mariane Mendes Gois
dos Santos

RIBEIRÃO PRETO – SP
2025

Catálogo-na-Publicação Biblioteca METROPOLITANA

	Gomes, Josiane Macedo Domingues
G196i	Desafios contemporâneos na educação básica: inclusão na sala de aula/ Josiane Macedo Domingues Gomes. – Ribeirão Preto, 2025.
25 f.	
	Orientadora: Profa. Me. Mariane Mendes Gois dos Santos
	Monografia (Graduação) – Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, Licenciatura em Pedagogia, 2025.
	1. Inclusão na sala de aula. 2. Pessoas com deficiência. 3. Aluno, família e escola. I. Santos, Mariane Mendes Gois, orient. II. Título
	CDD 370

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE E COMUNICADO AOS AUTORES A REFERÊNCIA DA CITAÇÃO.

Ribeirão Preto, 13/11/2025.

Dedicatória

À meu esposo Geison
Macedo que sempre me apoiou
acreditando no meu potencial.

Aos meus filhos Ana, Gabrielly
e Lucas por engrandecer minha vida.
Aos meus pais Jonas e Maria pelo
apoio e conselhos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, sem ajuda dEle eu não conseguiria.

Ao meu esposo Geison meu porto seguro, sempre acreditou em mim, teve paciência, me incentivou nos momentos que achei impossível por conta da fadiga, cansaço e dificuldade em realizar a pesquisa me dando palavras de animo e todo apoio necessário..

Aos meus filhos por sempre estarem ao meu lado e compreenderem alguns momentos de ausência por conta dos estudos.

As minhas professoras Cláudia Borsato e Me Mariane Mendes Gois dos Santos pelas orientações na realização deste trabalho pela paciência, construção do caminho desta pesquisa, pelas alterações sugeridas que tiveram grande importância para o trabalho bem por aceitar a construção desta investigação. Aos meus pais, por acreditarem em mim e me apoiarem todo tempo.

Por fim, agradeço a todos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a realização desta.

RESUMO

No contexto histórico da educação especial temos a conhecimento que a inclusão surgiu a partir do século XX, impulsionada por movimentos sociais que questionaram a exclusão histórica de pessoas com deficiência. O conceito evoluiu de práticas de segregação e "institucionalização" para o princípio de que todos devem participar da sociedade, sendo a educação inclusiva um dos seus pilares principais, consolidado a partir de marcos como a Constituição de 1988 e a Conferência de Salamanca (1994). Mesmo com todos os movimentos, marcos, participação política e social, o preconceito ainda predomina nas escolas e a dificuldade de adaptações para incluir determinado aluno no espaço escolar ainda é grande. Este trabalho foi realizado para abordamos mais sobre esse assunto que é muito importante e entendermos melhor as necessidades e dificuldades de aceitação a inclusão na escola. Abordar a trajetória histórica da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, desde os atendimentos segregativos até os processos inclusivos, apresentando conceitos necessários à compreensão do que é inclusão. Foi feita uma pesquisa de campo para trazer-nos um pouco do convívio escolar e familiar nos fazendo entender melhor as necessidades e dificuldades de colocar em prática esse processo que é garantir a educação de todos independente de suas especialidades e diferenças.

Palavras chaves: inclusão na sala de aula, pessoas com deficiência, aluno, família e escola.

Tipo de pesquisa: Abordagem qualitativa, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo.

Abstract

This study examines the historical development of special education and the emergence of inclusive practices from the 20th century onward, driven by social movements that challenged the longstanding exclusion of people with disabilities. The concept of inclusion evolved from segregated and institutionalized models to the understanding that all individuals should participate fully in society, with inclusive education established as a central pillar through milestones such as the 1988 Brazilian Constitution and the Salamanca Conference (1994). Despite these advances, prejudice and the lack of adequate adaptations in schools remain significant barriers. This research analyzes the historical trajectory of education for students with special educational needs, presenting key concepts essential to understanding inclusion. A field study was conducted to explore school and family dynamics, providing insights into the challenges and needs involved in implementing inclusive practices and ensuring the right to education for all students, regardless of their particularities and differences.

Keywords: classroom inclusion; students with disabilities; student; family; school.

Research type: qualitative approach; literature review; field research.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. JUSTIFICATIVA	10
3. OBJETIVOS	11
3.1 GERAL	11
3.2 ESPECÍFICOS	11
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
4.1 CONCEITO DE INCLUSÃO SOCIAL	12
4.2 HISTÓRIA DA INCLUSÃO E AVANÇO	13
4.3 LEGISLAÇÃO E POLITICAS PUBLICAS	14
4.4 FORMAÇÃO DOCENTE	16
4.5 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS PEDAGOGICOS	17
5. PRINCIPAIS DESAFIOS	18
6. DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
7. REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

É fundamental estudarmos a inclusão na sala de aula, pois ela promove um ambiente respeitável à diversidade, empatia e desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, independente de suas diferenças os alunos precisam encontrar na escola um ambiente acolhedor e de aprendizado.

Para que isso aconteça é preciso que as escolas promovam adaptações na estrutura, invistam na capacitação de professores, adaptem métodos pedagógicos e utilizem tecnologias apropriadas para atender às necessidades específicas de cada aluno.

O objetivo desse projeto é discutir dificuldades que professores e escolas enfrentam, no dia a dia, para inserir efetivamente um aluno na sala de aula. Também identificar como o próprio aluno se sente quando na sala de aula não encontra apoio necessário para que tenha um ensino de qualidade como os demais alunos.

Esse projeto irá abordar a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na sala de aula.

A relevância desta pesquisa está em refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas e identificar os principais obstáculos, contribuindo para o debate acadêmico e social sobre uma educação mais justa e democrática.

Escolhi esse tema, pois diariamente me deparo com relatos de pessoas próximas, que compartilham a sensação de exaustão, pelo fato de seus filhos não receberem suporte necessário para terem acesso e permanência a um ensino efetivo e de qualidade.

Acredito que esse tema contribuirá muito para minha formação, pois atuando como educadora, conseguirei abordar diversas situações com o conhecimento adquirido nessa pesquisa.

2. JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pela necessidade de promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que vá além do acesso físico à escola. É fundamental compreender os aspectos pedagógicos, emocionais e sociais que envolvem a inclusão, contribuindo para a formação de um ambiente escolar acolhedor, respeitoso e equitativo.

Conforme garantido por legislações como a constituição federal e a LDB/96 que assegura o acesso e a permanência de qualquer indivíduo na escola regular, incluindo aqueles com necessidades especiais, vamos discutir nessa pesquisa fatores que impedem ou até mesmo dificultam que esse processo seja válido na sala de aula.

Através dessa pesquisa vamos conhecer os desafios enfrentados pelas escolas e pela família, através de uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública e de mães com filhos portadores de necessidades especiais

Sendo assim essa pesquisa nos mostrará que uma escola precisa estar preparada para adaptações, qualificações de seus professores para que eles tenham habilidades e facilidades em criações de projetos e atividades que sejam desenvolvidas para todos alunos sem exceção.

A compreensão dos desafios enfrentados pelas escolas permite propor práticas pedagógicas e políticas públicas mais eficazes.

E ter a concepção que a escola é um direito de todos e fazer valer as leis e direitos que protege e promove a inclusão.

Vamos entender melhor que a convivência com a diversidade no ambiente escolar promove a empatia e o respeito mútuo entre alunos, preparando-os para a vida em uma sociedade justa.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar os desafios e as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular.

3.2 Objetivos Específicos

- Investigar como os professores estão se preparando para trabalhar com alunos com deficiência;
- Identificar estratégias e recursos utilizados para promover a inclusão;
- Compreender o papel da gestão escolar nesse processo;
- Analisar a percepção dos alunos e professores sobre o ambiente inclusivo.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 CONCEITO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Para uma boa compreensão à educação inclusiva e a interpretação desse projeto, importante entendermos o conceito inclusão. Inclusão que tem como sinônimo incluir, o ato de inserir, introduzir fazer parte de algo.

Se tratando da educação inclusiva, é a garantia de que todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais, raças, religião, gênero, possam aprender juntos no mesmo ambiente escolar, valorizando suas diferenças e singularidades,

Um entendimento importante é o de Mantoan, 2003:

A inclusão escolar refere-se à integração de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, em escolas regulares, garantindo igualdade de oportunidades de aprendizagem.

Entende-se pelo pensamento da autora que a inclusão escolar é a oferta de uma educação que respeita as diferenças de cada aluno, todos tem direitos iguais e jamais devem ser discriminados, uma educação que abraça e acolhe aqueles que tem necessidades educacionais.

Sendo assim, a palavra inclusão é bem mais infinita e cheia de significados do que as delimitações trazidas pelo seu conceito, pois a inclusão além de ser um vocábulo pode ser entendida como um sentimento: o de aceitação. O fato de aceitar aqueles que têm mais necessidades e fazê-los se sentirem aceitos, importantes e únicos na busca pelo conhecimento.

Embora a educação inclusiva tenha demorado para ganhar relevância na área da educação, apenas nas últimas duas décadas em diante ganhou visibilidade, que também tem sido alvo de grandes críticas, por não ser cumprida de acordo com as leis vigentes. Essa modalidade de ensino visa promover o convívio entre crianças excepcionais e as demais, bem como ao ensino de todas as disciplinas da grade curricular, que não devem ser negadas para este público.

Cabe ressaltar que a deficiência é considerada como uma diferença que faz parte dessa diversidade e não pode ser negada, porque ela interfere na forma de ser, agir e

sentir das pessoas. Ela é fundamental para construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática, que valoriza e respeita as diferenças e particularidades de cada indivíduo.

A convivência com a diversidade no ambiente escolar promove a empatia e o respeito mútuo entre os alunos preparando-os para a vida em uma sociedade plural.

4.2 A HISTÓRIA DA INCLUSÃO E AVANÇO

A inclusão sempre foi um tema que existiu na sociedade somente a partir da década de 70 passou a ser discutida pelos governantes. Essa vitória foi alcançada em meio as lutas de pais com filhos especiais, movimentos sociais e entre as conquistas teve a Declaração de Salamanca, Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca – Espanha (1994), que tem o objetivo de facilitar o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças garantindo o direito à educação de crianças e jovens com necessidades especiais.

Assim, é importante o estudo e análise do avanço histórico da inclusão principalmente no que diz respeito à legislação que teve alguns avanços e alguns retrocessos.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil e com ela a educação escolar avançou bastante, pois um de seus fundamentos é a dignidade da pessoa humana, bem como o direito a igualdade e a educação. Com relação a inclusão, um dos artigos mais importantes da Constituição é o artigo 206, inciso I que estabelece da seguinte forma “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I -igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Sendo assim, conforme estabelecido na Constituição Federal as escolas devem procurar incluir cada aluno e não agregá-los em uma espécie de ensino único só para aqueles que têm necessidades especiais. Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 40) explica:

Apenas esses dispositivos já bastariam para que não se negasse a nenhum indivíduo com ou sem deficiência, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro aluno (...) A Constituição, contudo, garante a educação para todos. Para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode se realizar em ambientes segregados.

No entanto, o processo de integração nem sempre foi bem-sucedido, em função, principalmente, de falhas na estrutura física e metodológica dos sistemas de apoio aos alunos com necessidades especiais e aos seus professores. (CARVALHO, 2000).

Na década de 1990, o paradigma da educação para todos, representado internacionalmente pela Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia, em 1990, foi disseminado mundialmente. A Educação para Todos previa o aumento de vagas nos sistemas de ensino e a inclusão das minorias excluídas do meio educacional.

Mesmo que esses objetivos tenham sido alcançados apenas parcialmente em alguns países, e em outros não tenham saído do papel, a inclusão das minorias tornou-se assunto discutido internacionalmente, nas diferentes esferas sociais e educacionais, constituindo, neste sentido, uma importante conquista para a educação das pessoas com necessidades especiais. (BARBY, 2005, p. 14).

Guebert (2007), enfoca que, em 1994, a Declaração de Salamanca esboçou adequações para a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Mais uma vez a comunidade internacional se faz presente e apoia a iniciativa.

Portanto, é cada vez mais presente a necessidade de aprender a conviver com a diversidade e resta buscarmos os meios para que a inclusão ocorra de fato, sem perder de vista que, além das oportunidades, é preciso garantir a eficiência do processo, o que, talvez, seja o desafio ou a grande conquista do século XXI.

4.3 LEGISLAÇÃO E POLITICAS PÚBLICAS

No Brasil, para entender de que forma é proposta essa inclusão e como as escolas são orientadas para promover tal inclusão. Essa orientação ocorre mediante leis, decretos e outros documentos legislativos que estabelecem um modo a ser executada e realizada para que a inclusão seja atingida.

Um dos documentos importantes nesse contexto é a Política Nacional da Educação Inclusiva Especial, que foi implantada pelo governo Federal para permitir uma educação inclusiva.

Nesse sentido, outro documento que merece destaque com relação às políticas de inclusão no Brasil é a Lei 9.394 de 1996 que menciona sobre a necessidade dos serviços de apoio especializado na escola regular. De acordo com o artigo 1º desta lei, a educação especial é aquela que é oferecida na rede regular de ensino e não em apartado e o atendimento feito em classes especializadas só ocorrerá quando não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular. Tanto é assim que o artigo 58 § 1º desta lei estabelece da seguinte forma:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

LDB (Lei 9.394/1996): estabelece as diretrizes e bases para a educação brasileira em todos os níveis, desde a educação infantil até a pós-graduação. Ela define direitos, deveres, organização curricular e princípios que orientam o funcionamento de escolas públicas e privadas no país, incluindo a obrigatoriedade de ensino básico, a finalidade de desenvolver o educando e a formação para a cidadania e o trabalho. Garante educação para todos, incluindo alunos com necessidades especiais.

Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015): tem como objetivo assegurar e promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A lei aborda diversos aspectos, como acessibilidade (incluindo a digital), acesso à justiça, educação e trabalho, e busca garantir que a pessoa com deficiência tenha autonomia e participação social plena. Assegura direitos à educação inclusiva e acessível.

BNCC: A BNCC reconhece e se alinha à legislação existente, que garante o direito à educação de qualidade, sem discriminação, para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. A Base define o conjunto de aprendizagens essenciais a que todas as

crianças e jovens brasileiros têm direito, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. O objetivo é garantir que cada aluno atinja o máximo de seu potencial. Enfatiza competências para todos os estudantes, considerando diversidade e inclusão.

Declaração de Salamanca (1994): A Declaração de Salamanca (1994) é um documento fundamental da UNESCO que defende a educação inclusiva, afirmando que todas as crianças devem aprender juntas em escolas regulares, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas.

Ela propõe que as escolas se adaptem às necessidades de cada aluno e não o contrário, promovendo uma sociedade mais recomenda inclusão em escolas regulares como política universal.

Toda criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de atingir um nível adequado de aprendizagem.

As escolas regulares devem acolher todas as crianças, inclusive aquelas com necessidades educativas especiais, combatendo a discriminação.

Os sistemas educacionais devem se reorganizar para atender à diversidade de necessidades, interesses, habilidades e ritmos de aprendizagem dos alunos.

A escola deve se tornar uma comunidade onde pais, professores e outros profissionais trabalham juntos para o sucesso de cada aluno.

Crianças com necessidades educativas especiais devem receber apoio extra para que a educação seja efetiva, incluindo o apoio de serviços de saúde e assistência social.

O documento expandiu o conceito de "necessidades educativas especiais" para além das deficiências, abrangendo todos os alunos que possam necessitar de intervenções diferenciadas.

Além disso, ao analisar as políticas de inclusão no Brasil é importante conhecer os documentos adotados pelo MEC – Ministério da educação, que fornecem as orientações a serem seguidas para alcançar a educação inclusiva. Conforme Maia e Dias (2015, p. 204) esses documentos representam “a posição política” oficial da educação inclusiva como “perspectiva” da educação especial”, os documentos são: “Diretrizes Nacionais para a Educação inclusiva no Brasil”, instituído através da resolução CNE-CBE nº 2, de 11 de setembro de 2001.

Ao analisar esta resolução, logo no artigo 3º percebe-se a menção a uma diferenciação de sistema de ensino, denominado de “educação especial”, entendido como uma proposta pedagógica que assegura recursos especiais para complementar o ensino regular.

Outro documento também adotado pelo MEC – Ministério da Educação é o texto “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva”, elaborado pela SECADI (Secretaria da Educação Continuada) que mostra dados indicadores do acesso à educação básica, conforme institutos oficiais de pesquisa como o Censo, o INEP e o MEC. Porém “uma vez que o Brasil adota a educação inclusiva apenas como “perspectiva” temos um impasse: dois dos documentos norteadores tem como princípio a educação especial. A educação inclusiva é ignorada”. (DIAS e MAIA, 2015, p. 204)

Ainda com relação às políticas de inclusão Escolar no Brasil, merecem destaque alguns programas implantados pelo governo federal, que auxiliaram para que o ensino inclusivo fosse cada vez mais aplicado nas escolas, como por exemplo, programa escola acessível, que conforme apresentado no portal do MEC – Ministério da Educação tem o objetivo de “Promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular”.

Uma das ações deste programa é permitir que as escolas recebam recursos financeiros para aplicarem em salas de aula com recursos multifuncionais o que permitiria que a escola tivesse rampas, corrimão e outras instalações diversas que tornassem o ambiente mais acessível. (Portal do MEC).

Vale ressaltar que o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005 de 2014) também permite que essas políticas públicas sejam alcançadas. Considerando que o PNE define algumas diretrizes que vão nortear a educação e estabelece metas a serem cumpridas indica atuação conjunta entre a União, os Estados e os Municípios para alcançar as metas. O Plano Nacional de educação tem vigência por 10 anos e uma de suas diretrizes é erradicar todas as formas de discriminação.

Em seu artigo 8º 1, inciso 3º determina que os Entes Federados (União, Estados e Municípios) devem estabelecer estratégias para garantir o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado no sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

4.4 FORMAÇÃO DOCENTE

Com relação a capacitação para melhor receber os alunos com deficiência, conforme o entendimento de Konkel, Andrade e Kosvoski é importante que o professor tenha domínio do conhecimento a ser trabalhado em sala de aula, de modo que o conteúdo a ser ministrado consiga ser compreendido por todos os alunos incluindo os deficientes. “O professor que consegue transitar entre o conteúdo e a didática, dificilmente terá dificuldade para atender a diversidade que está presente em sala de aula, principalmente, as pessoas com deficiência” (2015,p.5779).

Vale ressaltar que essas modificações na estrutura da escola, bem como a capacitação dos professores é um Direito dos alunos, e a aprendizagem não é possibilitada apenas com a presença física do aluno deficiente no ambiente escolar. É necessário que o ensino permita que ele consiga compreender e participar das atividades realizadas com os demais e aprender o conteúdo das disciplinas ministradas. Assim, Konkel, Andrade e Kosvoski afirmam da seguinte forma:

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir processos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade e as necessidades dos aprendizes. Antes das rampas físicas, as escolas precisam construir rampas pedagógicas. É possível avançar quando a escola regular assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é concebida e avaliada (2015, p.5781)

Conforme o conceito de inclusão escolar estabelece o intuito da capacitação dos professores é permitir que todos os alunos, sem exceções possam frequentar o ensino regular, evitando que se crie escolas “apartadas” ou um tipo de ensino separado só para os alunos com deficiência, o que os excluiria do convívio com os demais, tirando a possibilidade do desenvolvimento humano e criativo desses alunos. Vale lembrar que encaminhar os alunos deficientes para escolas diferenciadas ou privá-los de cessarem o ensino regular são atos que ferem a Constituição Federal que garante tratamento igual para todos, conforme já apresentado. Portanto um professor capacitado conseguirá lidar com as ou um tipo de ensino separado só para os alunos com

deficiência, o que os excluiria do convívio com os demais, tirando a possibilidade do desenvolvimento humano e criativo desses alunos

A formação docente é central para a inclusão. Professores preparados desenvolvem estratégias de ensino diferenciadas, adaptando conteúdos, metodologias e recursos pedagógicos (Libâneo, 2013).

4.5 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E RECURSOS PEDAGÓGICOS

O uso de tecnologias assistivas e materiais adaptados facilita a aprendizagem e promove autonomia de alunos com NEE. Softwares educativos, lupas digitais, leitores de tela e jogos pedagógicos inclusivos são exemplos de recursos que podem transformar a dinâmica da sala de aula (Carvalho, 2016).

Tecnologias Assistivas (TA) e recursos pedagógicos são ferramentas cruciais na educação inclusiva, proporcionando autonomia e acessibilidade para alunos com deficiência física, visual, auditiva ou cognitiva. Exemplos incluem leitores de tela, softwares de tradução de Libras, livros em Braille, pranchas de comunicação e adaptações físicas como rampas. Eles permitem que os alunos participem das atividades escolares, promovam sua independência e garantam que todos tenham oportunidades de aprendizado de qualidade.

Exemplos de tecnologias assistivas e recursos pedagógicos

Para deficiência visual:

Livros e materiais em Braille.

Leitores de tela (como NVDA).

Softwares de leitura e gravação (como Dosvox).

Sistemas de orientação e mobilidade (como cães-guia).

Para deficiência auditiva:

Softwares de tradução de Libras.

Sistemas de atenção auditiva.

Aparelhos de amplificação sonora.

Para deficiência motora:

Joysticks adaptados e teclados alternativos (como BigKeys).

Canetas digitais (Smart Pens) que gravam áudio e sincronizam com o texto.

Adaptações para escrita, como lápis com engrossador de fita adesiva ou EVA.

Cantoneira de página para auxiliar na virada das folhas.

Para deficiência intelectual ou de aprendizagem:

Pranchas PECS (Picture Exchange Communication System) para comunicação com crianças não verbais.

Aplicativos de comunicação (como LetMeTalk, Avaz, Livox).

Softwares com recursos de leitura fonética.

Mesa Educacional, um recurso interativo para aprendizado.

5. PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios contemporâneos na educação inclusiva incluem a falta de infraestrutura adequada e recursos adaptados, a resistência de gestores e professores a mudanças, a carência de formação docente especializada e a falta de colaboração entre a escola e as famílias. Outros obstáculos são a resistência a modelos de ensino mais flexíveis, o uso insuficiente de tecnologias assistivas e o grande número de alunos por turma.

Infraestrutura e recursos:

Falta de recursos adaptados, como materiais didáticos e equipamentos especializados.

Dificuldade de acesso a tecnologias assistivas para a aprendizagem.

Escolas com infraestrutura física inadequada e salas de aula superlotadas.

Formação e capacitação:

Professores sem a formação adequada em educação inclusiva e estratégias de ensino para diversidade.

Falta de profissionais especializados e auxiliares de apoio nas escolas.

Mudança de cultura e mentalidade:

Resistência a mudanças por parte de gestores e professores acostumados com modelos tradicionais de ensino.

Preconceitos e estereótipos que limitam a percepção das capacidades dos alunos.

A necessidade de uma colaboração mais efetiva entre a escola e as famílias para entender e atender as necessidades dos estudantes.

Políticas e apoio:

A lacuna entre as políticas existentes e a realidade prática da inclusão nas salas de aula.

A necessidade de maior apoio das famílias e de uma rede de apoio contínua para os alunos.

Tecnologia:

Desigualdade no acesso a tecnologias digitais para o aprendizado.

Apesar do potencial, há a necessidade de integrar a tecnologia de forma eficaz para personalizar o ensino e torná-lo mais acessível.

Na Escola EMEF Trenzinho Magico em uma pesquisa feita pela abordagem qualitativa, observei vários pontos negativos, em se tratando da inclusão com habilidades especiais que é o foco desse trabalho, observei que não tem rampa de acesso, banheiros adaptados para cadeirantes, materiais didáticos, professores e cuidadores habilitados para transformar um ensino melhor e receber esses alunos.

Em conversa com a coordenadora Tini questionei o porquê a escola ainda enfrentar essas dificuldades, ela ressaltou que a escola infelizmente está passando por um processo de reforma, as verbas destinadas não estavam inclusas essas mudanças e todo processo precisa ser passado e aprovado pela Prefeitura e Secretaria da Educação, porém, tendo em vista a necessidade e a demanda de 80 alunos especiais eles tem desenvolvido conforme a necessidade, cursos preparatórios para os professores, arrecadação de materiais áudio visuais e tecnológicos para serem utilizados em sala para adaptar as aulas com os alunos especiais, e tudo custeado com arrecadação de verba mensal de pais e alunos.

Notou-se falta de profissional especializado para auxiliar o professor na sala de aula, existe até um grupo de pais com reclamações devido essa negligencia, eles sofrem a cada trimestre, pois a prefeitura não contrata profissional por contrato indeterminado trocando a cada trimestre e com isso o rendimento de um aluno especial não progride principalmente os com graus de autismo que tem dificuldades de adaptações.

A mãe do JP teve a iniciativa de criar o grupo com todos os pais que enfrentam dificuldades com seus filhos para que a comunicação entre eles seja positiva e sempre procurando buscar novos resultados para que seus filhos venham ter um ensino qualitativo como os demais alunos. Em uma conversa com ela pude perceber o quanto é desafiador e angustiante essa luta para que seu filho tenha uma vida social normal como os demais, ela relata várias tentativas com órgãos públicos: “ Já participei de várias reuniões com a NAED (Núcleo de ação Educativa) exigindo uma educadora especial para meu filho, ele tem grau 1 de autismo ele não pode ficar sozinho em sala de aula, a turma que ele frequenta o 5º ano tem uma estimativa de 30 alunos e somente uma professora para dar conta, JP necessita de uma educadora preparada, só este ano ele passou por 3 educadora e nenhuma consegue ficar até o final do ano letivo e isso prejudica o rendimento dele, pois a adaptação dele com outra pessoa é demorada e quando ele acostuma eles vem e troca”, finalizou a mãe.

Jovi mãe do LG sofre o mesmo problema, seu filho, aluno do 9º ano sofre de microcefalia, foram longos anos para que ele pudesse alcançar a serie que se encontra hoje, a falta de profissional, racismo dentro da sala de aula pelos próprios colegas.

Ela relata - “Hoje LG já consegue interagir melhor com os colegas, se sente acolhido, tem boa participação nas atividades dentro e fora da sala de aula, mas isso com muito custo e luta, muitas das vezes para conquistarmos algo é necessário brigar, recorrer aos órgãos públicos, não podemos cruzar os braços e esperar”, desabafou a mãe.

Novamente procurei a coordenação e eles confirmaram que para contratar um educador é necessário aguardar pela prefeitura, eles encaminham um estagiário que estuda o curso de pedagogia. Um ponto negativo aos olhos dos pais, pois o correto seria um profissional já formado e especializado na área.

Observou-se que professores relatam insegurança frente à diversidade em sala: “Sinto dificuldade em atender alunos com deficiência visual quando não há materiais adaptados” – Professora Kel.

Apesar disso, professores que participaram de cursos de formação continuada demonstraram maior confiança e criatividade no ensino inclusivo.

DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados confirmam a literatura: inclusão é possível, mas dependem de investimento em formação docente, recursos pedagógicos e mudança cultural na escola.

Mais ações e atividades incluindo a família e sociedade, mostrando a eles que toda criança tem o direito de educação não importa suas dificuldades ou particularidade, mostrar a eles que é possível sim a inclusão desde que todos trabalhem como conjunto.

O estudo evidenciou que a inclusão na educação básica enfrenta desafios múltiplos, mas práticas pedagógicas bem planejadas e políticas públicas adequadas podem garantir aprendizagem de qualidade a todos.

A efetivação da inclusão depende não apenas da legislação, mas da prática pedagógica cotidiana, do apoio institucional e da conscientização da comunidade escolar.

É necessário investir em formação continuada, disponibilização de recursos acessíveis e, principalmente, em uma mudança cultural que valorize a diversidade como parte fundamental da aprendizagem.

Portanto, a inclusão não deve ser vista como um obstáculo, mas como uma oportunidade de construção de uma escola mais democrática, justa e humana.

No caso da escola depender de recursos e aval do poder público, com toda coordenação juntamente com pais e apoio da sociedade, conseguem-se alcançar os objetivos finais que é uma educação de qualidade e justa para todos independente de suas prioridades e especialidades.

O que pode ser feito, ações de conscientização escola e sociedade, arrecadação de verba assim como já vem sendo feito, planejamento estratégico na sala de aula junto ao professor, investimento de materiais didáticos digitais e áudio visuais, rampa de acesso a cadeirantes e similares.

Para que o professor saiba lidar com situações adversas e não depender apenas do auxiliar de sala e apoio da escola, entende-se se especializar mediante de seu

interesse no assunto relacionado a inclusão e suas especularidades como cursos e formação continua.

Refletir sobre a inclusão de alunos com deficiência na sala de aula é compreender que a educação vai muito além da transmissão de conteúdos. É reconhecer que cada estudante traz consigo uma história, um ritmo, um modo singular de aprender e de se expressar. Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que a inclusão não se limita à presença física do aluno com deficiência no ambiente escolar, mas envolve principalmente atitudes, práticas pedagógicas e relações humanas que promovam o respeito, a empatia e o sentimento de pertencimento.

A convivência em uma sala de aula inclusiva revela, a cada dia, que todos ganham nesse processo: o aluno com deficiência, que encontra espaço para desenvolver suas potencialidades; os colegas, que aprendem sobre solidariedade, diferenças e cooperação; e o professor, que é desafiado a reinventar suas práticas, tornando-se mais sensível e criativo. A inclusão, portanto, é um caminho de aprendizado coletivo e contínuo, que exige comprometimento, formação e, sobretudo, sensibilidade humana.

Ao desenvolver esta pesquisa, pude compreender a importância do papel do educador como mediador desse processo. O professor é aquele que transforma barreiras em pontes, que enxerga o potencial antes da limitação, e que acredita que todos são capazes de aprender, desde que lhes sejam dadas as oportunidades adequadas. A inclusão escolar é, antes de tudo, uma questão de direitos, mas também de amor e de compromisso com uma sociedade mais justa.

Concluo este trabalho com a convicção de que a verdadeira inclusão se concretiza quando a escola se torna um espaço de acolhimento, onde as diferenças são vistas como riquezas e não como obstáculos. Ainda há desafios a enfrentar — falta de recursos, formação docente, acessibilidade —, mas também há avanços e muitas histórias de superação que mostram que é possível construir uma educação verdadeiramente para todos. Que possamos seguir acreditando e agindo para que cada aluno, independentemente de suas condições, encontre na escola um lugar de desenvolvimento, respeito e felicidade.

Referências

BARBY, A. A. de O. M. Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino: o pensar dos futuros professores. 2005

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2016.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. Inclusão: uma realidade em discussão. 2. ed. rev. Curitiba: IBPEX, 2007.

KONKEL, E. N.; ANDRADE, C.; KOSVOSKI, D. M. C. (ou M. C.). As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (XII EDUCERE), 2015, Curitiba, PR. Anais [...]. Curitiba: PUC-PR, 2015. p. 5779-5790.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.